

## **Intelectuais e Indigenismo: o dilema da identidade nacional num país profundamente indígena**

ANTONIO CARLOS AMADOR GIL\*

Ao discutirmos o processo de formação da nação no México, é importante que analisemos historicamente as relações interétnicas neste processo. Durante o período colonial, os diversos grupos étnicos que existiam na região foram nomeados como indígenas pelos conquistadores. Esta categoria étnica foi construída no processo de conquista e delimitou uma fronteira e uma distinção em relação aos espanhóis. A experiência colonial forneceu os traços diferenciadores, os *criollos*<sup>1</sup> eram espanhóis em contato com uma nova realidade e viviam relações sociais específicas, determinadas por um esquema político-administrativo limitador de suas funções. Ressentiam-se dos privilégios concedidos aos espanhóis peninsulares, assim como se confrontavam com os demais grupos da sociedade que consideravam inferiores: os indígenas, os africanos e os mestiços. O processo independentista foi liderado e demarcado por este grupo, por esta identidade étnica. A partir da independência, os *criollos* para se diferenciarem construíram uma história própria, um passado diferente do passado dos peninsulares. Construíram um passado indígena, ao considerarem-se herdeiros da glória dos astecas. É interessante destacar que esta associação com os astecas que foram derrotados e subjugados pelos espanhóis, reforçava e justificava a superioridade *criolla* sobre os indígenas contemporâneos. Este passado, portanto, era plenamente funcional para os *criollos*, uma vez que não implicava uma identificação com os indígenas do presente. A

---

\* UFES, Pós-Doutor, Professor Associado de História da América.

<sup>1</sup> Criollo, pessoa de descendência europeia pura (pelo menos teoricamente) nascida nas Américas. Preferimos manter a grafia original do que usar a tradução crioulo. Cf. Houaiss, 3. “quem, embora descendente de europeus, nasceu nos países hispano-americanos e em outros originários da colonização europeia”.

história nacional construída naquele momento via os indígenas como um grupo que tinha sido derrotado e subjugado e que tinha perdido sua autêntica cultura indígena que era pré-hispânica.

No processo de construção da nação no decorrer do século XIX, os *criollos* impuseram aos demais grupos sociais um modelo único que se baseava nos elementos culturais deste grupo. A tarefa a ser implementada, então, era integrar os demais grupos, considerados atrasados, à identidade nacional imposta pela elite *criolla*. Trabalhando com o caso mexicano, podemos perceber que a constituição mexicana definia que a partir da independência todos seriam iguais, implantando uma ideia de cidadania universal e igualitária. Sabemos que essa igualdade jurídica não podia ser estabelecida numa sociedade tão desigual, e, neste sentido, seria necessário preparar a imensa maioria da população para usufruir deste direito. Seria dever do Estado mexicano “civilizar” os grupos étnicos e fazê-los abandonar seus costumes e valores tradicionais. Seria preciso educá-los nos preceitos da cultura moderna ocidental. A prática política mostrou-se, portanto, profundamente excludente.

Houve durante o período um intenso processo de mestiçagem. No início do século XX, os mestiços converteram-se na parcela majoritária da população. Na verdade, como afirma Navarrete, os mestiços são uma categoria étnica, assim como os indígenas. Este termo engloba e inclui diversos grupos étnicos com características bastante diversificadas. Podemos encontrar sob a égide deste termo, tanto os que ascenderam na escala social através da educação e fizeram uma mudança de sua identidade étnica, como, por exemplo, Benito Juárez, quanto os grupos que adotaram o espanhol e, portanto, são considerados mestiços, mas seguem tendo uma cultura muito próxima da indígena, centrada na comunidade e na propriedade coletiva da terra. Um caso clássico é o de Emiliano Zapata e sua comunidade de origem, Anenecuilco, em Morelos. Esta comunidade que era indígena e falava o nahuatl no início do século XIX, se transformou numa comunidade mestiça, se mesclando com os mulatos, mestiços e brancos da região e adotando como língua o espanhol. Quando da Revolução Mexicana, esta comunidade mestiça não tinha abandonado a sua identidade étnica comunitária e lutou na defesa das terras comunais e da autonomia, mostrando que não tinham se afastado da herança de seus antepassados nahuas (NAVARRETE, 2004:86). Isto demonstra que apesar da ideologia da mestiçagem imposta pelo Estado, os mestiços nunca constituíram um grupo homogêneo.

Um dos desdobramentos mais importantes da Revolução Mexicana foi o desenvolvimento de uma identidade nacional baseada na ideologia de mestiçagem.

Diversos intelectuais sustentaram esta ideologia que foi definida como elemento da nacionalidade e, portanto, qualquer reivindicação cultural específica deveria ser tratada num contexto de contribuição à cultura nacional mestiça considerada como um todo orgânico.

A construção de uma ideologia da mestiçagem foi um processo que se desenvolveu desde o período porfirista e alcançou sua maior expressão nos ideólogos da Revolução. Ela retomou as concepções *criollas* de identidade étnica, estendendo-as a um grupo mais amplo, o dos mestiços. Precisamos, contudo, relativizar um pouco esta continuidade. Se há, de fato, uma continuidade, podemos encontrar várias nuances e um campo de embates e de disputa em relação ao problema indígena. Justo Sierra e outros indigenistas conservadores do período porfirista, por exemplo, não viam qualquer valor na cultura dos índios do presente, os quais não seriam aptos às políticas públicas que foram, afinal, implementadas depois da Revolução Mexicana.

É interessante observar que a intenção dos articuladores da organização nacional era impor um novo marco de organização e funcionamento social. O processo revolucionário havia liberado forças centrífugas que desarticulavam a sociedade, sem que as diversas fórmulas ensaiadas houvessem conseguido estabelecer uma nova ordem. Por isso, a ordem se erigia, na agenda de problemas, como questão dominante.

Continuava-se a buscar a anulação das especificidades étnicas dos indígenas para garantir uma unidade nacional e a valorização de um glorioso passado asteca, que continuava a ser invocado como mito de origem da nação mexicana. O sistema de educação obrigatório mexicano foi um elemento fundamental na reprodução desse modelo de nação, que podemos chamar de “nacionalismo oficial”.

Devemos ter claro que esta categoria de mestiços não pode ser associada à mestiçagem do período colonial. Se no período colonial os mestiços eram fruto de uma mistura entre brancos, indígenas e negros e ocupavam um lugar secundário na estrutura social colonial, os mestiços após a Revolução Mexicana converteram-se no grupo social dominante, que passou a definir a identidade nacional mexicana. Este processo está diretamente ligado à criação e ao triunfo da ideologia da mestiçagem que permitiu que um grande contingente de indígenas e de brancos abandonasse os seus referenciais identitários anteriores e assumisse a identidade mestiça.

Podemos perceber que o nacionalismo territorial mexicano utiliza a ideia de unificação de origem que se transmite pelo mito do mestiço e pela mitologia asteca, em particular, a narrativa e simbolismo da fundação do México. Outra vertente de disseminação desta política estatal de integração se deu através da publicação dos textos didáticos distribuídos no ensino básico. Natividad Gutierrez Chong analisa as três edições de textos que foram distribuídas, respectivamente, nos anos 60, entre 1970 e 1992 e a partir de 1992. Todas incluem a narração mítica que descreve o sinal de predestinação que buscavam as tribos nômades vindas do norte, “a águia sobre um cactus (*nopal*), devorando uma serpente”, que foi adotada como emblema nacional do México. Os textos ressaltam o heroísmo e o sofrimento e estimulam a autoestima. O povo asteca é retratado como o “povo mais poderoso da *Mesoamérica*”. Os textos também privilegiam a mescla étnica e racial, ressaltando o “encontro de dois povos”. Há, portanto, a construção de um mito de descendência, ou seja, homens e mulheres, indígenas e espanhóis se mesclaram e deles nasceram os povos mestiços, de quem os mexicanos de hoje são descendentes. Podemos perceber que estes textos fazem a divulgação dos “símbolos do México”, a Bandeira e o Hino, e criam o conceito de uma pátria unificada representada por estes símbolos, que são aceitos de maneira uniforme. Estes textos omitem deliberadamente a multietnicidade que prevalece hoje, fortalecendo uma integração personificada pelo estereótipo do mestiço (GUTIÉRREZ CHONG, 2001:100-102). Dentro desta ótica de análise, fica claro que o objetivo das políticas educativas oficiais era inculcar a percepção de um México mestiço mediante sucessos históricos selecionados do processo de construção da nação.

Apesar da ideologia da mestiçagem imposta pelo Estado, os mestiços, como dissemos, nunca constituíram um grupo homogêneo. A incorporação proposta pela ideologia da mestiçagem manteve o caráter elitista do ideário *criollo* implementado após a independência e mantido durante todo o século XIX. Se a cidadania era ampliada, a inclusão só poderia ser feita se houvesse o abandono da identidade indígena e a adoção dos valores culturais ocidentais. Não podemos deixar de lembrar que, no início do século XX, imperava uma série de doutrinas raciais e deterministas que consideravam as “raças” misturadas como inferiores a seus componentes originais. Durante o século XIX, as ideias evolucionistas de Spencer (1820-1903) tiveram grande inserção nos setores intelectuais *criollos*, próximos ao Estado mexicano. Eles

construíram, no final do século XIX e início do século XX, como demonstra Federico Navarrete, uma ideologia nacionalista que combinou a ciência médica com as técnicas de controle da população que estavam surgindo nessa época e definiu um padrão de “normalidade”, baseado na cultura, nos valores e nas práticas corporais ocidentais (NAVARRETE, 2007:27). Esta ideologia interpretava este processo de mudança cultural como resultado da mistura de duas culturas, uma superior, a branca, e uma inferior, a indígena, que tinha criado uma terceira, a mestiça. O México unificado, portanto, brotaria da mestiçagem: da fusão racial e da unificação cultural, linguística e econômica da sociedade (SÁNCHEZ, 1999:29). Ao contrário dos teóricos raciais e deterministas que consideravam as misturas como processos degenerativos, defenderam a positividade da mescla visto que a mistura geraria algo muito melhor do que os indígenas, que demograficamente eram um elemento que não poderia ser negligenciado. Contudo, a ideologia da mestiçagem continuava valorizando as velhas ideias de superioridade da “raça branca”, visto que os elementos mais importantes e valorizados da identidade mestiça eram os relacionados à cultura ocidental. Esta valorização fez com que a própria estruturação desta identidade mestiça fosse permeada por um racismo que envolve as relações interétnicas até os dias de hoje. As políticas públicas implementadas combinaram a tolerância racial com um férreo exclusivismo cultural (NAVARRETE, 2007:25).

A discriminação cultural passou a ter uma dimensão pública respaldada e institucionalizada em políticas governamentais e iniciativas legais. Isto pode ser visto nos grupos camponeses e populares mestiços que não adotaram à risca o modelo cultural das elites mexicanas e que, por isso, foram tratados como “cidadãos de segunda classe” e sem direito ao acesso às vantagens usufruídas pelos mestiços totalmente adaptados ao modelo ocidental.

Enquanto ideologia, o Estado mexicano a impôs como a única identidade válida, excluindo todas que não aceitassem a sua transformação. Foi implementada, portanto, uma política homogeneizadora e unificadora, e o Estado adotou políticas públicas com este objetivo.

Ao contrário de outros países, que no processo de modernização econômica capitalista introduziram grande quantidade de imigrantes europeus e discriminaram e exploraram os indígenas como uma categoria étnica separada da população

(NAVARRETE, 2004:99), o processo de mestiçagem no México partiu de uma perspectiva em que os indígenas deviam participar e ser incorporados à comunidade nacional mexicana desde que abandonassem a sua cultura e sua identidade. Para que isto ocorresse foi instaurado pelo Estado o indigenismo, uma política sistemática para tentar resolver a questão indígena e incorporá-los definitivamente através da mestiçagem.

O indigenismo contém 3 elementos fundamentais: a denúncia da opressão do índio; a busca de políticas de superação da situação indígena pelo caminho da integração e a manifestação do caráter mestiço do continente. O indigenismo foi uma política governamental nutrida por uma visão de mundo que apontava as políticas e ações dirigidas aos indígenas, porém, desde uma perspectiva não indígena. Gonzalo Aguirre Beltrán, num discurso em 1967, como diretor do Instituto Indigenista Interamericano afirmou: “O indigenismo não é uma política formulada por índios [...] mas sim por não índios”. Os objetivos desta política eram muito precisos, pois, buscavam criar e inculcar uma cultura nacional compartilhada, e tentavam integrar, ou seja, de fato, “mexicanizar”, no sentido de homogeneizar, os povos indígenas à vida nacional e, como consequência indireta, por em prática medidas dirigidas a melhorar os níveis de vida da população indígena.

Após a Revolução Mexicana os responsáveis pela política indigenista, acadêmicos e administradores, que tinham altos cargos burocráticos, muitos deles egressos da Escola Mexicana de Antropologia e discípulos de Boas e Dewey, elaboraram uma estratégia definida de integração através de diversas instituições como, por exemplo, a Direção de Antropologia. Defendiam que a multiétnicidade era o fator central que impedia o progresso. As políticas indigenistas foram essenciais para o processo de construção do México ou, dito de outra forma, para criar uma nação “integrada” e “homogênea” Neste processo, a adoção do espanhol como idioma principal e a assimilação dos valores ocidentais derivados da influência espanhola foram elementos fundamentais. A mestiçagem, ou a aculturação, seria, portanto, essencial para criar uma nação “integrada” e “homogênea”, ou seja, fazer tábua rasa da cultura indígena, e integrá-la à comunidade mestiça. Estamos falando aqui do nacionalismo integracionista – para os intelectuais a serviço das camadas dominantes no processo revolucionário, os povos indígenas obstaculizavam a realização do projeto modernizador (SÁNCHEZ, 1999:28)

Os primeiros indigenistas tiveram um papel de destaque ao frisar a existência de populações indígenas, legítimas herdeiras das culturas indígenas antigas e ao tratar de terminar com as teorias de desaparecimento, de degeneração e com o esquecimento destas populações e comunidades imersas na mestiçagem. Apesar da preocupação em encarar o problema indígena, consideravam as características socioculturais dos povos indígenas como tradicionalistas e opostas ao progresso e à civilização que representava o México mestiço (SÁNCHEZ, 1999:29) e que a heterogeneidade étnica era um obstáculo para a conformação plena da nação. Dentre os expoentes intelectuais deste período, podemos destacar Andrés Molina Enríquez, Manuel Gamio, José Vasconcelos e Moisés Sáenz. Eles colocaram as bases do pensamento que considerava a heterogeneidade étnica da população mexicana como um obstáculo para a consolidação plena da nação (SÁNCHEZ,1999:29). Eles viram na categoria do mestiço a fórmula para levar adiante o processo de reconstrução nacional (BASAVE BENÍTEZ, 1992:121-124).

Gamio (1883-1960) chegou a afirmar que a construção da Nação era mais importante que a preservação de uma coleção de culturas anacrônicas e José Vasconcelos privilegiou, o tempo todo, as políticas de assimilação, com a consequente eliminação do elemento indígena.

A política indigenista no decorrer do século XX teve várias nuances. Nos anos 30, os comunistas e lombardistas, seguidores das ideias de Vicente Lombardo Toledano<sup>1</sup>, foram críticos das teses integracionistas. Podemos constatar, em alguns textos dos anos 20 e 30, a criação de um índio ideal. Alguns indigenistas deste período, em vez de descrever o indígena como degenerado, representavam o indígena como um modelo para a política revolucionária e cultural. Isto pode ser encontrado em algumas celebrações indigenistas e na valorização, nos anos 30, dos indígenas como atores políticos. (DAWSON, 1998:279)

Também é preciso levar em conta que se as ideologias do final do século XIX privilegiavam a categoria de raça, os textos indigenistas pós-revolucionários passaram a valorizar a categoria de cultura. Se o termo “raça” indígena ainda era comumente usado, seu significado se alterou profundamente. Manuel Gamio, por exemplo, privilegiou a

---

<sup>1</sup> Vicente Lombardo Toledano foi presidente da Comissão de Educação da Confederación Regional Obrera Mexicana - CROM em 1924 e escreveu o livro *El problema del índio em que adotou a tese stalinista das nacionalidades oprimidas* (SÁNCHEZ, 1999:36).



perspectiva culturalista negando a ideia de culturas superiores e inferiores (DAWSON, 1998:292). Este enfoque culturalista se tornou dominante nos anos 30, e o termo raça enquanto categoria foi sendo paulatinamente abandonado.

Podemos encontrar nos textos indigenistas dos anos 20 várias referências a uma “raça” indígena. Segundo Alan Knight (1994) estas referências indicariam que os antropólogos ainda consideravam a existência de diferenças inatas entre brancos e indígenas, mesmo que houvesse a inversão de antigos estereótipos, com a valorização de características “raciais” positivas. Podemos contestar esta visão se considerarmos que a valorização de habilidades positivas se dá num contexto totalmente diferente e, portanto, não podem ser comparadas com as perspectivas raciais que consideram os indígenas como incapazes de redenção. Diversos indigenistas pós-revolucionários usavam a noção de raça e os estereótipos raciais para garantir um lugar para os índios na nação mexicana, e não para eliminá-los, como era feito anteriormente. Nesta perspectiva, o indígena era visto como um modelo, e não como obstáculo ao desenvolvimento (DAWSON, 1998:291). O uso de categorias raciais se devia ao peso da tradição herdada que se baseava fortemente na descrição das diferenças a partir de categorias raciais. Contudo, este uso se dava de maneira totalmente distinta.

Os Intelectuais que tiveram uma preocupação com os índios no período colonial e no século XIX valorizaram o passado indígena mas não fizeram conexões deste passado enaltecido com os índios do presente. Esta posição se alterou profundamente nos anos 30, pois diversos indigenistas não somente celebravam o passado indígena como um elemento crucial da nação como também ligavam os indígenas do presente a este passado, e os aclamaram como partes integrantes e ativas da nação mexicana. Havia, portanto, ao lado da imagem de negação do índio, outra imagem que exaltava o indígena como modelo para o futuro da nação. Esta imagem idealizada do indígena, geralmente limitada aos indígenas cujas culturas podiam ser relacionadas com as culturas pré-colombianas valorizadas pela história mexicana, tornou-se um modelo de política igualitária, de consciência social e de virtude para o Estado moderno e revolucionário que se estruturava naquele momento. Os indígenas incluídos neste grupo eram pensados como membros integrais e ativos da comunidade nacional (DAWSON, 1998:283-284).

Podemos verificar que, entre meados dos anos 20 e o final dos anos 30, a imagem do indígena construída pelo indigenismo pós-revolucionário foi matizada por visões divergentes e que competiam entre si. Durante o período de Vasconcelos, as tendências de incorporação social dominaram a arena política, como podemos constatar no projeto das “Missões Culturais”. Moisés Sáenz, formado em filosofia e que fez doutorado na Universidade de Columbia, onde recebeu aulas de John Dewey e Franz Boas, a partir de 1925, ocupou o cargo de subsecretário de Educação Pública. Neste período desenvolveu o projeto das “escolas rurais”, e defendeu a integração sociocultural dos indígenas.

Durante os anos 20, encontramos alguns indigenistas, como Antonio Gutierrez y Oliveros, um professor da Casa do Estudante indígena, que publicou “Valores espirituales de la raza indígena”. Nesta publicação, o autor identificou 28 características positivas nos indígenas mexicanos que seriam compartilhadas tanto pelos indígenas antigos quanto modernos. Estas características positivas faziam dos indígenas cidadãos ideais. Dentre estas características positivas, podemos destacar a bravura, fidelidade, frugalidade, virtude, caráter moral, e sua grande habilidade de se adaptar às mudanças. (DAWSON, 1998:285-287)

Encontramos em alguns textos, a imagem de índios como atores poderosos e capazes. Os indígenas estariam não somente aceitando a modernidade, mas demandando os avanços da modernidade (DAWSON, 1998:298). Se nos anos 10 e 20 predominavam os objetivos assimilacionistas, e encontramos ainda a visão do indígena como indiferente e isolado como na obra “Forjando Patria” de Manuel Gamio de 1916, encontramos nos anos 30, um interessante pluralismo com a valorização das culturas indígenas e dos próprios atores políticos índios, com descrições de indígenas ativamente lutando contra a opressão e as péssimas condições de vida.

Uma visão pluralista pode ser constatada, por exemplo, na atuação do Partido Comunista Mexicano nos anos 30. Os comunistas, neste período, se posicionaram contra as tendências integracionistas e em favor dos direitos dos povos indígenas. Tiveram grande influência no processo de expansão do sistema educativo durante o governo de Cárdenas, pois o partido comunista mexicano (PCM) tinha uma grande influência na estrutura sindical dos professores mexicanos. Em 1938, o PCM organizou a Primeira Conferência Pedagógica Comunista onde o tema da educação indígena foi

abordado (SÁNCHEZ, 1999:32). Baseando-se na tese marxista-leninista sobre o problema das nacionalidades oprimidas e seu direito à autodeterminação, propuseram uma solução pluralista fundada no direito à autodeterminação dos indígenas e na heterogeneidade étnica do México. Para o PCM, a etnicidade dos indígenas não era um problema, como tampouco a heterogeneidade do país, mas sim a desigualdade econômica, social, jurídica, política e cultural. Para o PCM, a liberação do indígena não aconteceria a partir de sua integração, mas sim a partir da destruição das desigualdades e através do exercício da autodeterminação. A autodeterminação dos indígenas defendida pelo PCM procurava: a) reconhecer a existência dos indígenas na nação mexicana, rechaçando a imposição cultural e b) reconhecer os grupos indígenas como coletividades políticas com direito a autogovernar-se.

Neste período, podemos destacar também a atuação de Vicente Lombardo Toledano. Em 1924 era o presidente do Comitê de Educação da CROM (Confederación Regional Obrera Mexicana) e, naquele momento, era um crítico das teses integracionistas, julgando errônea a política educativa do Estado que pretendia a incorporação dos indígenas à civilização ocidental (SÁNCHEZ, 1999:36). Após sua viagem à União Soviética, adotou a tese stalinista das nacionalidades oprimidas para interpretar a realidade pluriétnica do México. Em 1936 escreveu um artigo em que mantinha o seu rechaço à política integracionista. Para ele o problema das nacionalidades oprimidas se resolveria quando passasse a existir um governo proletário, enquanto isso, propunha diversas medidas que contribuiriam para que os indígenas alcançassem uma consciência de classe, quais sejam: a) mudar a divisão política territorial do país para fazer distritos homogêneos, habitados exclusivamente por indígenas; b) outorgar autonomia política a estas entidades, de tal forma que suas autoridades fossem indígenas; c) fomentar as línguas vernáculas e proporcionar um alfabeto às que não o tivessem. d) criar fontes de produção econômica nas localidades indígenas e e) coletivizar o trabalho índio, assim como suprimir a propriedade e posse individual da terra nas regiões indígenas. (SÁNCHEZ, 1999:36-37; LOMBARDO TOLEDANO, 1973:55)

A imagem do indígena como um ser político ativo alcançou o seu apogeu nos Congressos Indígenas organizados pelo Departamento Autónomo de Assuntos Indígenas - DAAI entre 1936 e 1940 (DAWSON, 1998:303). As vozes registradas

nestes congressos que se tornaram oficiais foram as dos indígenas que entenderam as condições de sua opressão e que demandavam (como membros da nação mexicana e indígenas) os benefícios da Revolução. Para o governo, estes eram os “autênticos” indígenas. (DAWSON, 1998:303)

O governo Cárdenas via com maus olhos qualquer estímulo à consciência étnica dos indígenas, e mais ainda, qualquer ligação que pudesse ser feita com o direito internacional das nacionalidades (nacionalidades oprimidas). O nacionalismo cardenista estava profundamente conectado com a corrente dominante do indigenismo, permitindo somente uma mobilização indígena dentro dos quadros da comunidade corporativa nacional.

O Departamento Autónomo de Assuntos Indígenas (DAAI) dividia a população indígena mexicana em dois grupos, os indígenas que tinham os direitos de cidadania assegurados e os que não tinham esses direitos. Neste grupo entravam todos os grupos que discordavam e resistiam às políticas de integração do Estado mexicano. Estes grupos eram considerados como pré-políticos ou primitivos. (DAWSON, 1998:305-307)

A noção de cidadania elaborada era inclusiva, pois poderia incluir indígenas de variadas culturas, mas também era restritiva, pois a inclusão só poderia ser feita a partir da aceitação dos valores modernos ocidentais. Ao criar um indígena ideal, cooperativo, o indigenismo oficial dos anos 30 também desqualificava todas as formas de resistência que eram interpretadas como atos irracionais e primitivos.

Durante o governo de Lázaro Cárdenas desenvolveu-se um posicionamento diferenciado em relação aos indígenas, surgindo um indigenismo que reivindicava um novo tratamento para a questão indígena e reconhecia o seu caráter distinto. No final de seu mandato, em 1940, foi realizado o I Congresso Indigenista Interamericano em Pátzcuaro (Michoacán). Este congresso estabeleceu as linhas gerais da política indigenista que serviria de orientação aos Estados latino-americanos que possuíam população indígena. A Delegação mexicana tinha personalidades das diversas correntes políticas (marxistas, comunistas, agraristas, liberais, indigenistas, etc.) como Luis Chávez Orozco, Moisés Sáenz, Miguel Othón de Mendizábal, Alfonso Caso, Manuel Gamio, Vicente Lombardo Toledano, Julio de la Fuente, Andrés Molina Enriquez e Alfonso Fabila. A delegação mexicana, mesmo com distintas posições em relação à

problemática indígena, apoiou a versão do governo – solução ao “problema indígena” pela via da reforma agrária e com ações semelhantes às desenvolvidas pelo presidente Cárdenas. Em termos gerais, pode-se dizer que a política indigenista definida no congresso foi um sincretismo da política agrária cardenista e do nacionalismo integracionista, rechaçando o enfoque “racial” da problemática indígena e defendendo a adoção de uma política “integracionista”, defendida por Manuel Gamio e Moisés Saénz, desenvolvida e sustentada nos princípios da igualdade individual e justiça social (SÁNCHEZ, 1999:40-41). Com o tempo, a vertente puramente integracionista se fortaleceu e se tornou a base das políticas indigenistas estatais.

Interessante frisar que, a partir de 1940, Lombardo Toledano mudou drasticamente de posição, passando a aceitar a tese do indigenismo integracionista e, a partir de então, se absteve de chamar os grupos indígenas de nacionalidades oprimidas, passando a denominá-los de comunidades indígenas. Também a partir de 1940, devido a uma crise que passou o PCM, devido a fatores nacionais e internacionais, houve diversas mudanças nos postos dirigentes, assim como nas diretrizes políticas. O PCM modificou, a partir de então, sua posição a respeito dos direitos indígenas, abandonando a visão de nacionalidades oprimidas e o direito à autodeterminação. (SÁNCHEZ, 1999:35)

Na Ata final do congresso, podemos encontrar as medidas aprovadas: 1) corrigir os efeitos nefastos do regime de concentração da terra ou o latifundismo; 2) dotar os indígenas de terras, água, créditos e recursos técnicos; 3) fomentar pequenas obras de irrigação e programas de construção de estradas nas regiões habitadas por indígenas; 4) criar nas regiões indígenas, Centros de Medicina Social, preventiva e curativa com o objetivo de melhorar as condições de saúde da população, combater as enfermidades e promover o estudo das plantas medicinais nativas; 5) respeitar os valores positivos da personalidade histórica e a cultura dos grupos indígenas, com a finalidade de facilitar a sua incorporação; 6) empregar os idiomas indígenas nos programas de educação ou de divulgação cultural para garantir uma melhor instrução e para fazer mais efetiva a transmissão da cultura nacional e universal. (SÁNCHEZ, 1999:42).

No congresso ficou acertado criar o Instituto Indigenista Interamericano e houve a recomendação que os países com população indígena criassem um Instituto Nacional Indigenista. Na ocasião, os índios deixaram de ser vistos como obstáculos à

modernização e foram discutidas políticas que visavam respeitar a cultura do índio. Contudo, ao mesmo tempo, não se abandonava o objetivo de levar a cabo a ocidentalização. Ora, isto, a nosso ver, se converteu num incrível paradoxo. O propósito da política indigenista formulada em Pátzcuaro, conforme assinalou Gonzálo Aguirre Beltrán, continuava a ser, apesar da nova roupagem discursiva, a integração do índio à sociedade nacional, com toda a sua bagagem cultural, “proporcionando-lhes os instrumentos da civilização necessários para sua articulação dentro da sociedade moderna”. Portanto, o seu objetivo político primordial continuava a ser a integração paulatina dos indígenas.

A política de integração desenhada pelo Estado foi respaldada por uma série de instituições que passaram a tratar das questões indígenas e a administrar a política indigenista estatal. Em 1937, Alfonso Caso protagonizou a fundação do Departamento de Antropologia (DA), ligado ao Instituto Politécnico Nacional (IPN) (CASAS MENDONZA, 2005:191). Em 1938 foi criado o Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH) sob a direção de Alfonso Caso. Em 1942, o Departamento de Antropologia deixou o IPN e passou ao Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH). O resultado dessa mudança foi a criação da Escola Nacional de Antropologia (ENA). Alfonso Caso teve um papel central neste processo (CASAS MENDONZA, 2005:192-193). Em 1946 a ENA mudou seu nome tornando-se Escola Nacional de Antropologia e História (ENAH) e, a partir de então, foi privilegiada a contratação de antropólogos pelas agências indigenistas. Foi também neste período que houve a criação de um novo modelo que poderíamos chamar de “integração desenvolvimentista” possuindo influências ecléticas derivadas principalmente do particularismo histórico e do funcionalismo (CASAS MENDONZA, 2005:33). Se no período de 1910-1940 a figura relevante do processo de mediação social foi o “professor”, no período posterior aos anos quarenta, a figura preferencial foi a do “antropólogo” (CASAS MENDONZA, 2005:196).

Paralelamente, a partir de 1940, após o governo de Cárdenas, iniciou-se um processo de asfixia da agricultura camponesa, com um estratégia de modernização rural que se caracterizou por uma diminuição da reforma agrária e a reversão das conquistas e compromissos firmados pela legislação agrária de 1917<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Uma das conquistas do processo revolucionário foi a promulgação da constituição de 1917. Seu artigo

Em 1948, durante a gestão presidencial de Miguel Alemán, o México aprovou a lei que criava criação do Instituto Nacional Indigenista – INI, hoje Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas do México<sup>3</sup>, e Alfonso Caso tornou-se seu diretor, permanecendo no cargo até 1970. Foi ele quem definiu as características e objetivos do INI: fazer uma aculturação planejada pelo Governo Mexicano com o propósito de colocar o indígena no caminho do progresso e de sua integração, que implicava a transformação cultural e econômica das comunidades indígenas. O INI e as demais instituições indigenistas dedicaram-se a construir uma história e antropologia voltadas para a aplicação da política indigenista oficial que privilegiava a mestiçagem como elemento definidor da história do México. O Museu de Antropologia, aberto em 1964, foi mais um marco no processo de materialização dos signos de continuidade histórica e a perpetuação da ideologia da mestiçagem.

Em 1949 ocorreu o II Congresso Indigenista Interamericano em Cuzco. Neste congresso houve a preocupação de definir o indígena. Se impuseram 4 conceitos que, de certa maneira, perduram até hoje. 1 – a relação de descendência entre as populações, pueblos e nações indígenas pré-hispânicas e as atuais comunidades indígenas; 2 – a não exigência de pureza étnica ou cultural, aceitando que o contato conduziu a numerosas mudanças nas comunidades indígenas que, por isso, não deixam de ser indígenas; 3 – a auto-identificação e a identificação externa de outras comunidades é fundamental para a existência dos povos ou nações indígenas; 4 – a existência de formas próprias de trabalho, língua, cultura, tradições, enfim, um caráter próprio e diferenciado dos indígenas em relação aos não indígenas.

Como elementos fundamentais norteadores da política formulada a partir dos Congressos Indigenistas, destacamos a continuidade do objetivo principal, qual seja, a integração nacional, porém, agora, matizado pelo uso de alguns elementos indígenas na definição da cultura nacional do México. A política indigenista mantinha as suas características de aculturação planejada convivendo com uma contradição sempre

---

27 regulamentava a posse das terras coletivas dos ejidos e a proibição de alienação das mesmas, ou seja, garantia aos indígenas o direito de posse de suas propriedades comunais e sua proteção legal.

<sup>3</sup> Em 21 de maio de 2003, foi publicado, no Diário Oficial da Federação, o decreto que expediu a Lei de criação da Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas do México e que anulou a lei de criação do Instituto Nacional Indigenista. O decreto entrou em vigor em 5 de julho de 2003.

presente: uma política que faz a exaltação das culturas e da arte dos indígenas mortos e mantém um enorme desdém pelos índios vivos.

Neste período, podemos citar como exemplos desta política, os assentamentos étnicos em zonas periféricas, as “regiões de refúgio”, os projetos hidrelétricos e industriais e outros, que visavam eliminar a semi-independência econômica e a identidade cultural dos grupos indígenas, para convertê-los num proletariado rural, isto é, numa massa com consciência de classe, mas desprovida de qualquer sentido significativo de identidade étnica.

Vimos, nesta comunicação, que as ideias indigenistas possuíam, nos anos 20 e, principalmente, nos anos 30 diversos enfoques em relação ao papel do indígena e de suas comunidades na nação mexicana. Vimos que alguns intelectuais defenderam a autonomia e um papel ativo e protagônico para os indígenas, contudo, o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano consolidou a visão nacionalista integracionista em que qualquer reivindicação cultural específica deveria ser tratada num contexto de contribuição à cultura nacional considerada como um todo homogêneo e orgânico.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BASAVE BENÍTEZ, Agustín F. **México Mestizo: Análisis del Nacionalismo Mexicano en torno a la Mestizofilia de Andrés Molina Enríquez**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

CASAS MENDOZA, C. A. **Nos olhos do outro: nacionalismo, agências indigenistas, educação e desenvolvimento, Brasil-México (1940-1970)**. Campinas, 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

DAWSON, A. S. From models for the nation to model citizens: indigenismo and the “revindication” of the Mexican Indian, 1920-40. **Journal of Latin American Studies**, v. 30, n. 2, p. 279–308, 1998.

DAWSON, A. S. **Indian and Nation in Revolutionary Mexico**. Tucson, AZ: University of Arizona Press, 2004.

GAMIO, Manuel. **Forjando Patria**. 3ª. ed. México: Editorial Porrúa, 1982. (Primeira edição – 1916)

GUTIÉRREZ CHONG, Natividad. **Mitos nacionalistas e identidades étnicas: los intelectuales indígenas y el Estado Mexicano**. Tradução de Graciela Salazar. México: Editorial Plaza y Valdés, 2001.



KNIGHT, A. Racism, revolution and indigenismo: Mexico, 1910-1940. In: **GRAHAM, Richard (Ed.). The idea of race in Latin America, 1870-1940.** 3 ed., Austin, Tx: University of Texas Press, 1994. p.71-113.

LOMBARDO TOLEDANO, Vicente. **El problema del indio.** México: SepSetentas, 1973.

NAVARRETE, F. **Las relaciones interétnicas en México.** México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

NAVARRETE, F. **Una reflexión histórica sobre la discriminación étnica y la desigualdad en México.** México: Faculdade de Filosofia e Letras - UNAM: 2007.

SÁNCHEZ, Consuelo. **Los Pueblos Indígenas: del Indigenismo a la Autonomía.** México, D.F: Siglo Veintiuno Editores, 1999.